

Acrença inabalável em um futuro de opulência, um traço básico de nossa identidade, sempre afastou do brasileiro o medo de se endividar. Diante dos tesouros que existem no subsolo ou no fundo do mar, quem se importa com os termos de troca entre o presente e o futuro, a taxa de juros?

Nessas condições, é gigantesca a preferência pelo consumo hoje, relativamente ao futuro, por que esperar? O crescimento do endividamento familiar nos últimos anos trouxe preocupações com essa psicologia do “aqui-agora”, que pode ser associada ao consumidor de baixa renda, carente em educação financeira, incentivado a comprar e que facilmente se enreda em endividamento excessivo.

A má notícia é que nossas autoridades operam exatamente com a mesma lógica: desde que possam parcelar, qualquer dívida é aceitável.

A teoria econômica ensina que, se as finanças públicas são sustentáveis, a dívida de hoje são os impostos de amanhã e não há como escapar disso, ao menos em um país onde os governos não podem deixar bombas para os seus sucessores.

Como isso parece um tanto distante de ser o nosso caso, cabe perguntar se os números efetivamente confirmam que o governo não se endividou em excesso. Será que estamos fazendo as contas direito?

Vamos começar pela parte fácil da resposta: se olharmos a dívida externa — a mais perigosa, pois precisa ser paga numa moeda que não a nossa — as notícias são boas. As três esferas de governo devem US\$ 116 bilhões, mas o Banco Central (BC) possui ativos em dólar no valor de US\$ 376 bilhões. A posição líquida é credora (US\$ 260 bilhões) e maior que a dívida externa do setor privado (US\$ 171 bilhões).

É uma situação inédita para nós e se deve à brutal acumulação de reservas, a qual, todavia, não tem propriamente a ver com superá-

vits comerciais ou à nossa competitividade, mas com entradas de capital relacionadas à política monetária americana. Pouco importa, os efeitos são conhecidos, o BC vende dívida interna para arrumar os recursos para comprar esses dólares excedentes, ou seja, troca dívida externa por interna ao acumular reservas.

Para muita gente o fato de a dívida externa ter se “domesticado” resolve todos os nossos problemas, o que está muito longe da verdade. Pelo contrário, essa configuração deixa mais clara uma patologia com a qual nos debatemos há anos: uma hiperinflação de desejos que o mundo político se esmera em converter em “obrigações do Estado” em absoluta desproporção com a capacidade da sociedade em pagar essas contas.

A novidade é que não podemos mais fechar a conta no exterior ou com emissões de papel pintado. Com essa restrição, qualquer nova despesa significa tributar nossos próprios filhos e netos, nos termos de uma debochada maldição enunciada por Herbert Hoover, presidente dos EUA entre 1929 e 1933: “bem-aventurados os jovens, pois eles herdarão a dívida pública”.

Em razão do descontrole dos últimos dois anos, que o governo tenta encobrir com truques baratos de contabilidade, muitos enxergam um sério e perigoso retrocesso. Será que não estamos vendo o problema da dívida pública no seu exato tamanho?

GUSTAVO FRANCO



O TAMANHO DO PROBLEMA

Tipicamente, a primeira pergunta de quem olha a dívida interna é o que exatamente entra na conta, sendo esse o caminho mais comum pelo qual a complacência se intromete na métrica e dela se serve para ocultar o tamanho do problema. A resposta certa deveria ser “tudo”, mas a oficial é que devemos olhar a “dívida líquida”, que está em 35% do PIB, um número típico para um país emergente, não fora o fato de um artifício contábil tirar dessa conta as operações do Tesouro com o BNDES, que elevariam esse número para uns quarenta e poucos por cento.

Outro problema é que o conceito internacionalmente aceito é o de “dívida bruta” que, na metodologia do governo, está em 59% do PIB (incluindo as operetas com o BNDES), um número já não muito consistente com a classificação de risco soberano do país. Os especialistas preferem olhar para a dívida bruta, entre outras razões, porque não há como usar os dólares das reservas para pagar a dívida interna.

Mais outro problema é que as normas internacionalmente aceitas de contabilidade indicam que a nossa dívida bruta é maior: 68% do PIB. O ministro da Fazenda insiste em discordar do FMI nesse assunto, o que é mais ou menos como uma empresa listada questionar uma diretriz internacional de contabilidade.

Sessenta e oito por cento do PIB é um número muito elevado para um país emergente, mas se-

ria ótimo se fosse só isso. Existem muitos problemas ainda não contabilizados. Um exemplo: numa empresa mista como a Petrobras, se o acionista controlador pratica populismo tarifário, não deveria indenizar a empresa, como era feito no passado através da chamada “conta petróleo”? A Moody's reduziu a classificação de risco da Petrobras em razão de seu elevado endividamento, que cresceu US\$ 16,6 bilhões apenas no primeiro semestre. Qual seria o saldo da “conta petróleo” hoje, caso ainda existisse?

Coisa parecida se passa no setor elétrico, onde parte significativa dos custos da “redução na conta de luz” ficou para o Tesouro. E também nos bancos públicos, toda vez que o crédito não é concedido de acordo com as melhores práticas bancárias ou os bancos são instruídos a apoiar “campeões”. Não há dúvida que os custos de muitas políticas públicas, cujo mérito sempre se pode discutir, ainda não foram contabilizados na dívida pública.

É inafastável a reflexão: são anos para consertar, bastam meses para estragar.

Mas ainda não acabou: a previdência do servidor, e algumas outras “despesas de caráter continuado”, como as da saúde, são obrigações que não reconhecemos como dívidas, contrariamente ao que fazem muitos países que capitalizam esses gastos e a eles associam reservas e ativos, às vezes dentro de fundos de pensão. Que tamanho teria a dívida pública se essas contas fossem capitalizadas? Há países à beira de um ataque de nervos com os efeitos do envelhecimento sobre os gastos de seguridade social. Não é o nosso caso, pois uma bomba a uma década de distância é como se não existisse.

A conclusão escapista habitual diante de uma “dívida impagável” é que o problema não é nosso, mas do credor. Porém, nesse caso, o assunto é mais complexo: credor e devedor são a mesma pessoa. ●

Economista e ex-presidente do Banco Central

ENTREVISTA Li Shi



ALEXANDRE CASSIANO

Contribuição. Li Shi foi um dos acadêmicos nos debates para a formulação de reformas econômicas e sociais anunciadas pelo governo chinês

Desigualdade social e preservação ambiental desafiam a China

Professor da Universidade Normal de Pequim diz que país corre o risco de cair na armadilha da renda média, que se instalou no Brasil

LUCIANNE CARNEIRO
lucianne.carneiro@oglobo.com.br

A crescente desigualdade de renda, a instabilidade social, a sustentação do crescimento e a preservação do ambiente são os principais desafios da China, na avaliação de Li Shi, professor da Universidade Normal de Pequim. Li, participante das preparações para a Plenária do Partido Comunista, que anunciou reformas recentemente, esteve no Rio para participar de um seminário organizado em parceria pelo FGV/Ibre e pelo Instituto de Estudos da América Latina da Academia de Ciências Sociais da China.

● **A China reduziu sua pobreza, mas também teve aumento da desigualdade. O que levou a isso?**
Nos últimos 30 anos, vimos grande

redução de pobreza, principalmente rural. No início dos anos 80, tínhamos 250 milhões de pobres. No fim daquela década eram cem milhões. Hoje, são 30 milhões de pobres. Mas o crescimento da renda foi maior para os mais ricos, o que elevou a desigualdade. Para o governo, o importante era fazer o bolo crescer.

● Isso mudou?

Percebeu-se que a desigualdade poderia gerar um problema social. Então lançaram medidas como busca da educação primária universal e da ampliação de cobertura de serviços médicos e programas de alívio da pobreza. Mas a magnitude e o efeito das medidas não são tão grandes.

● Há risco de a China cair na armadilha da renda média e não elevar a renda?

Há muita discussão sobre o assunto. A China ainda deve levar dez anos para ser um país de renda elevada, se mantiver crescimento de 7%. Se compararmos com Brasil e Argentina, há riscos para a China, mas ainda há vantagens: manterá a urbanização, pode expandir o número de universitários, o setor de serviços ainda é pequeno e os novos direitos à terra permitirão que os camponeses consumam mais.

● Qual é o maior desafio hoje?

Há muitos: a crescente desigualdade

de renda, a instabilidade social, a sustentação do crescimento econômico e o meio ambiente.

● O envelhecimento da população preocupa?

A China pode ter que enfrentar problemas, mas não a curto prazo. O governo já está agindo: tenta adiar a idade da aposentadoria e organiza mudanças na política do filho único.

● O senhor defende a aceleração da reforma política. Mas o tema não apareceu nas medidas anunciadas após o encontro do Partido...

Não se pode esperar grandes mudanças da noite para o dia. A palavra é gradualismo. No último documento, não falam disso explicitamente, mas mencionam uma reforma política. Acho que o principal objetivo dela é aumentar o combate à corrupção.

● O que vê de mais importante no que foi anunciado pelo governo?

O aumento da importância do mercado e a redução da intervenção do governo, assim como as oportunidades iguais para empresas estatais e privadas. As reformas na propriedade rural e a intenção de reduzir a desigualdade de renda também.

● Há quem esteja cético quanto às chances de implementação...

Criou-se uma nova organização, o grupo de líderes que será responsável pela implementação das reformas nos ministérios. E é a primeira vez que se fixa um prazo para as reformas: 2020.

● Acredita que é possível manter crescimento sustentado?

Talvez este ano se consiga crescer um pouco acima da meta de 7%. E os impactos da reforma devem fazer com que não seja difícil chegar a 7% nos próximos cinco anos. Mas é difícil fazer previsões a longo prazo. ●

Para analistas, reformas são essenciais para garantir transição econômica

Projetos incluem abertura do setor financeiro e novas regras para direito à propriedade no campo

A China acaba de anunciar um programa de reformas em meio à necessidade de sustentar seu crescimento econômico. Especialistas veem riscos de a nação cair na armadilha da renda média, em que um país não consegue completar a transição de sua economia para atingir o status de renda elevada.

— A previsão é que a China precise de cerca de dez anos para entrar no grupo de renda média alta. O aprofundamento das reformas econômicas é uma diretriz para os próximos dez anos — afirmou o diretor do Instituto de Estudos da América Latina da Academia

de Ciências Sociais da China, Zheng Bingwen, em seminário na Fundação Getúlio Vargas na última sexta-feira.

A Terceira Sessão Plenária do Comitê Central do Partido Comunista terminou no dia 12, com um comunicado anunciando “reforma ampla e profunda”, em que o mercado ganha papel “decisivo”. As propostas incluem abertura do setor financeiro, com permissão para que empresas privadas estabeleçam bancos de pequeno e médio portes, mudanças no direito à propriedade no campo, na política do filho único, no hukou — uma espécie de licença de residência e que restringe o direito a alguns serviços públicos no caso de migração —, no tratamento das estatais e o fim dos campos de trabalho forçado. (Lucianne Carneiro) ●

Hoje na web

oglobo.com.br/economia

● **ACERVO:** A construção do Aeroporto Internacional do Rio, o

Galeão, inaugurado em 1977, no governo Geisel

● **FOTOGALERIA:** O histórico das privatizações das estatais brasileiras, que ganharam força nos anos 90



HOSPITAL SÍRIO-LIBANÊS

RESIDÊNCIA

MÉDICA • MULTIPROFISSIONAL
• ÁREA PROFISSIONAL DA SAÚDE
PROCESSO SELETIVO 2014

INSCRIÇÕES ATÉ

27 NOV

ÚLTIMOS DIAS!

O processo seletivo está no Rio de Janeiro.
Venha fazer Residência no Hospital Sírio-Libanês.

LOCAL DA PROVA
(PRIMEIRA FASE - 15/12/2013):
Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia - INTO - Avenida Brasil, 500
Caju - Cep 20940-070 - Rio de Janeiro - RJ



Escaneie o código acima para acessar o hot site.

ACESSE: WWW.RESIDENCIASIRIOLIBANES.COM.BR
CONFIRA NOSSOS PROGRAMAS DE RESIDÊNCIA, INFORMAÇÕES, DATAS IMPORTANTES DO PROCESSO SELETIVO E INSCREVA-SE!